

## ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): A REDE SOCIAL FACEBOOK COMO POSSIBILIDADE DE ESPAÇO EDUCATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE (AEE): FACEBOOK SOCIAL NETWORK AS A POSSIBLE EDUCATIONAL SPACE FOR THE DEVELOPMENT OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES

ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA (AEE): LA RED SOCIAL FACEBOOK COMO POSIBILIDAD DE ESPACIO EDUCATIVO PARA EL DESARROLLO DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL

Carla Beatriz Carvalho Ribeiro <sup>1</sup>  
Paula Mesquita Melques <sup>2</sup>

**Manuscrito recebido em:** 27 de março de 2023.

**Aprovado em:** 22 de maio de 2023.

**Publicado em:** 24 de junho de 2023.

### Resumo

Inovações tecnológicas possibilitadas pelo digital em rede caracterizam a sociedade contemporânea, apresentam-se como um grande desafio e, ao mesmo tempo, são recursos necessários para a prática pedagógica na atualidade. O estudo realizado teve como objetivo geral analisar o uso da rede social Facebook como possibilidade de espaço educativo para o desenvolvimento de alunos com Deficiência Intelectual matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental-EF, principalmente durante os atendimentos realizados nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). A análise foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica e, segundo os resultados, percebeu-se que é possível utilizar a rede social Facebook como espaço educativo, desde que sejam observadas as normas para o seu uso, como, por exemplo, a idade mínima de 13 anos dos usuários, além de exigir documentos que autorizem a presença dos estudantes nesse espaço, realizando um planejamento consoante à realidade das pessoas envolvidas, principalmente no que tange à disponibilidade dos suportes tecnológicos. É importante destacar que essa pesquisa foi realizada durante o ano de 2022<sup>3</sup>. Dentre os autores que embasaram esse trabalho, destacam-se: ALENCAR, 2016; BAKHTIN, 2014; BRAUN, 2011; DIAS, 2013; LAKATOS e MARCONI, 2001; LÉVY, 2000; LIMA e PLETSCH, 2018; MANTOAN, 2003; MIRANDA, 2014; MORIN, 2014; MOSCARDINI, 2011; OLIVEIRA, 2018; PLETSCH, 2014; PLETSCH e GLAT, 2012.

---

<sup>1</sup> Master in Inclusive Education from the Paulista State University Júlio de Mesquita Filho. Teacher at the Municipal Network of Rio das Ostras.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1139-8125> Contact: [carla.carvalho@unesp.br](mailto:carla.carvalho@unesp.br)

<sup>2</sup> Doctorate in Education from the Paulista State University Júlio de Mesquita Filho. Academic Coordinator at the Eufrásio de Toledo University Center in Presidente Prudente.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2357-8628> Contact: [paula.melques@unesp.br](mailto:paula.melques@unesp.br)

<sup>3</sup> Research carried out during the master's course in Inclusive Education, being part of the master's thesis whose title is: The social network Facebook as an educational space for the development of students with Intellectual Disability enrolled in the Final years of Elementary School.

**Palavras-chave:** Processo de ensino-aprendizagem; Ensino por multimeios; Facebook; Salas de recursos multifuncionais; Educando com deficiência.

### Abstract

Technological innovations facilitated by digital networking characterize contemporary society, posing both great challenges and necessary resources for current pedagogical practice. The aim of this study was to analyze the use of the Facebook social network as a potential educational space for the development of students with intellectual disabilities enrolled in the final years of Elementary School (EF), particularly during the interventions carried out in Multifunctional Resource Rooms (MRR). The analysis was conducted through a bibliographic research, and the results indicated that it is possible to utilize Facebook as an educational space, provided that the rules for its use are observed, such as the minimum age of 13 for users, along with the requirement of documents authorizing the students' presence in this space. It also necessitates planning that aligns with the reality of the individuals involved, particularly concerning the availability of technological supports. It is important to highlight that this research was conducted during the year 2022. The authors who informed this study include: ALENCAR, 2016; BAKHTIN, 2014; BRAUN, 2011; DIAS, 2013; LAKATOS and MARCONI, 2001; LÉVY, 2000; LIMA and PLETSCHE, 2018; MANTOAN, 2003; MIRANDA, 2014; MORIN, 2014; MOSCARDINI, 2011; OLIVEIRA, 2018; PLETSCHE, 2014; PLETSCHE and GLAT, 2012.

**Keywords:** Teaching-learning process; Multimedia teaching; Facebook; Multifunctional resource rooms; Students with disabilities.

### Resumen

Las innovaciones tecnológicas posibilitadas por lo digital en red caracterizan la sociedad contemporánea, presentándose como un gran desafío y, al mismo tiempo, como recursos necesarios para la práctica pedagógica en la actualidad. El estudio realizado tuvo como objetivo general analizar el uso de la red social Facebook como posibilidad de espacio educativo para el desarrollo de alumnos con Discapacidad Intelectual matriculados en los últimos años de la Educación Primaria-EF, principalmente durante las atenciones realizadas en las Aulas de Recursos Multifuncionales (ARM). El análisis fue desarrollado a través de una investigación bibliográfica y, según los resultados, se percibió que es posible utilizar la red social Facebook como espacio educativo, siempre y cuando se observen las normas para su uso, como por ejemplo, la edad mínima de 13 años de los usuarios, además de exigir documentos que autoricen la presencia de los estudiantes en este espacio, realizando una planificación acorde a la realidad de las personas involucradas, principalmente en lo que respecta a la disponibilidad de los soportes tecnológicos. Es importante destacar que esta investigación se realizó durante el año 2022. Entre los autores que fundamentaron este trabajo, se destacan: ALENCAR, 2016; BAKHTIN, 2014; BRAUN, 2011; DIAS, 2013; LAKATOS y MARCONI, 2001; LÉVY, 2000; LIMA y PLETSCHE, 2018; MANTOAN, 2003; MIRANDA, 2014; MORIN, 2014; MOSCARDINI, 2011; OLIVEIRA, 2018; PLETSCHE, 2014; PLETSCHE y GLAT, 2012.

**Palabras clave:** Proceso de enseñanza-aprendizaje; Enseñanza por medios múltiples; Facebook; Aulas de recursos multifuncionales; Educación de estudiantes con discapacidad.

## Introdução

A escola é um espaço coletivo de aprendizagens, lugar de apropriação da cultura produzida pela humanidade, cultura essa, na atualidade, permeada pela presença das Novas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's). Escola é lugar de pessoas de todos os tipos, das mais diversas formas de ser e se apresentar. Escola é lugar de aprender, mas de aprender muito além dos conteúdos e do currículo formal. Assim também são os espaços digitais, representados aqui pela rede social Facebook (FB), lugar de encontros virtuais de pessoas movidas pelos mesmos interesses ou que desejam aprender coisas novas, que, em geral, não fazem parte do currículo escolar, ou apenas encontrar amigos, através de uma pesquisa na própria rede social FB, utilizando nome, e-mail ou telefone, amigos estes que, mesmo distantes geograficamente, voltam a conviver, agora virtualmente.

Famílias separadas pela distância podem acompanhar em tempo real acontecimentos, tais como nascimento de um novo membro familiar, casamento, aniversário, dentre outros. Na rede social FB é possível encontrar várias páginas de artistas, cantores, escritores, pintores, páginas de ONG's, associações. Há também as páginas de sobrenome, onde pessoas acabam encontrando outras pessoas da família, outras gerações, algumas vezes até desconhecidas. Sem falar das páginas em que se pode marcar eventos, encontros remotos ou presenciais; das páginas de quem ama os animais, a natureza, culinária, moda; das páginas e dos perfis de vendas, trocas, lojas e serviços em geral. Enfim, no FB existe uma grande variedade de opções. É possível encontrar no FB alguém que venda, por exemplo, uma goiabada cascão caseira, bem perto da casa de quem fez a pesquisa e deseja comprar.

Além de tudo isso, também é possível publicar lembranças fotográficas através de álbuns organizados por eventos com título e descrição, publicar um pensamento, um questionamento, uma dúvida, uma produção escrita, em imagem ou vídeo. O FB funciona como um tipo de diário virtual aberto, que pode ser público (todas as pessoas que acessam o FB têm acesso), privado (só você ou alguém com a sua senha tem acesso) ou ainda com a opção de escolha para que apenas um grupo de pessoas tenha acesso às publicações.

É importante ressaltar que, a idade mínima para uso do Facebook, que é de 13 anos, conforme estabelecido pelos Termos de Serviço da plataforma. Essa restrição de idade é definida pela Lei de Proteção à Privacidade Online das Crianças (*Children's Online Privacy Protection Rule - COPPA*) dos Estados Unidos. O Facebook tem a obrigação legal de cumprir a COPPA, que proíbe a coleta de informações pessoais de crianças menores de 13 anos sem o consentimento dos pais ou responsáveis legais (EUA, 2013). Nesse contexto, a faixa etária prevista para matrícula nos anos finais é de 11 a 14 anos de idade (BRASIL, 2012). Sendo assim, esse estudo só poderia ser desenvolvido com estudantes dessa etapa de ensino.

Para se inscrever no Facebook, os usuários devem fornecer informações pessoais, como nome, data de nascimento e endereço de e-mail, entre outros dados. Porém, assim como na vida presencial, não se pode, nunca, ignorar os riscos implicados e relacionados ao seu uso, dentre os quais podem-se destacar: a presença virtual de pessoas estranhas, riscos de crimes virtuais, como ofensas, maldades de várias ordens e exposição de dados pessoais. Para isso existe a lei mais atual sobre crimes cibernéticos, a Lei nº 14.155/2021 (BRASIL, 2021), que estabelece penas mais duras para os crimes cibernéticos. Todavia, é preciso aproveitar todas as oportunidades de aprendizagem e lazer geradas pela troca entre os seus usuários.

No campo tecnológico, o recente momento gerado pela crise pandêmica (COVID-19), tão amplamente divulgada nos últimos três anos e que, ainda hoje, não foi superada, fez com que a prática pedagógica ficasse mais próxima do que nunca desses suportes digitais e das novas tecnologias. No entanto, é válido afirmar que estar próximo nem sempre significa entender ou dominar.

Não apenas a escola foi afetada, mas também muitas empresas precisaram mudar a sua forma de oferecer serviços. Foram observadas transformações no cinema, na TV, na maneira como as pessoas se reúnem e se relacionam entre si. Tal apontamento remete ao fato paradoxal de que “em muitas escolas ainda existem laboratórios fechados, pois há o receio de que algo seja danificado pela sua utilização” (PESSOA; MACHADO, 2019, p. 8). Talvez seja este o momento de rever as ferramentas, os recursos tecnológicos e a maneira como se lida com eles, e este também parece ser o momento de pensar na importância da formação continuada que prepare os profissionais para o uso desses recursos na prática.

Tendo em vista que as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDIC's não são apenas aparelhos celulares, tablets e computadores, faz-se necessário, na atualidade, conhecer principalmente os apontamentos sobre a WEB feitos por Nobre e Mallmann (2017, p.3): “a Web 1.0 lançou as bases para uma nova forma de conteúdo, o digital a um “clíc” interativo. A Web 2.0 introduziu a educação online, as ferramentas de socialização em redes, a Web 3.0 permitiu criar o e-learning, o e-commerce”. Sobre o que é Web 4.0, Regina Candida Führ escreve o seguinte: “a Revolução 4.0 resulta na transformação em três eixos: Categoria Física (veículos autônomos, impressão 3D, robótica avançada), Categoria Digital e Categoria Biológica gerando grandes impactos na sociedade” (FÜHR, 2018, p.189).

Ou seja, a sociedade moderna está inserida nesta era da Web 4.0. Todavia, é necessário que as pessoas compreendam que também existem riscos e busquem formas de também proteger sua vida privada, bem como a segurança dos seus dados. E para o seu uso é necessário lembrar que se fazem necessárias políticas públicas de acesso a esses meios, assim como é fundamental a formação específica para profissionais que visam explorar esses espaços em busca de recursos que contribuam para a sua prática, principalmente em sala de aula regular e nas Salas de Recursos Multifuncionais.

## Metodologia

A metodologia de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que é um método de pesquisa que consiste na análise e avaliação crítica de fontes bibliográficas relevantes para um tema específico. Esse método de pesquisa é utilizado em diversas áreas do conhecimento, incluindo a pesquisa científica, a produção literária, entre outras. Uma pesquisa bibliográfica envolve a busca e análise de fontes bibliográficas, como livros, artigos, periódicos, dissertações, teses e outros materiais impressos ou digitais. De acordo com Gil (2010, p. 26), uma pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, principalmente de livros e artigos científicos”.

O autor destaca que essa metodologia de pesquisa é indicada para a realização de estudos exploratórios, que visam “proporcionar maior familiaridade com o problema” e “obter informações gerais” sobre o tema de estudo. Já para Lakatos e Marconi (2001, p. 172), a pesquisa bibliográfica “não se limita ao levantamento de informações já

conhecidas", mas também "permite a formulação de novos problemas" e "contribui para a interpretação dos resultados obtidos em outras pesquisas". Segundo as autoras, a pesquisa bibliográfica é uma metodologia de pesquisa fundamental em todas as áreas do conhecimento, pois permite ao pesquisador "conhecer a produção científica sobre determinado assunto" e "identificar as correntes teóricas que vêm sendo desenvolvidas" (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 172).

## O Facebook e as pessoas com Deficiência Intelectual

Assim como todas as pessoas que acabam sendo envolvidas e afetadas pelo uso das novas tecnologias, também a escola não poderia estar de fora e, muito menos, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Durante a sua trajetória profissional, a professora pesquisadora pôde observar que os estudantes demonstravam muito interesse no uso de computadores, tablets, celulares, em detrimento das atividades feitas utilizando folhas impressas, jogos de mesa e tabuleiro, entre outras dinâmicas. Solicitavam, com frequência, à professora, que ligasse o computador, ou emprestasse o celular, para poder usá-los, mesmo que fosse apenas no final de cada atendimento.

Além disso, também foi possível perceber que as pesquisas feitas por esses estudantes durante os atendimentos no celular e/ou no computador sempre eram pesquisas na plataforma YouTube (busca por desenhos, vídeos com temas específicos, músicas) ou na página do Facebook (pesquisa por parentes e amigos, fotografias, memes).

Tal observação motivou a escrita deste trabalho, que tem como problema central o fato que esses estudantes, em sua maioria pessoas com Deficiência Intelectual - DI, mesmo os que apresentavam significativas limitações cognitivas, demonstravam pouco interesse em atividades relacionadas à leitura, aos jogos, à pintura, dentre outros, quando comparado com o interesse no acesso para "navegar na internet" ou manusear os aparelhos tecnológicos. Alguns deles tinham grande facilidade em acessar dados e expressar seus interesses, principalmente nas redes sociais Facebook e YouTube; muitos, ainda em processo de alfabetização, utilizavam o comando de voz ou digitavam uma ou duas letras do alfabeto na barra de pesquisa, esperando que os resultados (sugestões) aparecessem, para que, através das imagens, pudessem identificar o que procuravam.

Diversas vezes os estudantes navegavam pelo material encontrado nas sugestões que apareciam em poucos segundos e mudavam o foco da pesquisa inicial, como quem navega em um mar de possibilidades, e o celular ou o computador, agora, são os barcos que os levam nessa aventura de explorar e conhecer coisas novas. Notou-se ainda que esses mesmos estudantes tinham dificuldade para interpretar e atribuir sentido aos símbolos presentes no cotidiano escolar, dificuldade de comunicação e aparente desinteresse pela aprendizagem, principalmente nas salas de aula regulares, o que acabava interferindo diretamente na aquisição das habilidades específicas para o ano de escolaridade no qual estavam inseridos.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que foi publicado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA) (2014, p. 14), a deficiência intelectual “se enquadra nos transtornos do neurodesenvolvimento, e possui quatro graduações, são elas: leve (F70), moderada (F71), grave (F72) e profunda (F73)”. Ainda sobre as condições dos transtornos do neurodesenvolvimento e suas principais características, pode-se dizer que esses transtornos;

[...] se manifestam cedo no desenvolvimento, em geral, antes de a criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. Os déficits de desenvolvimento variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência [...]. (APA, 2014, p. 72).

Estudos apontam as possibilidades de trabalho com alunos com deficiência intelectual, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, entre outras deficiências, e destacam: “Há evidências de que a convivência apenas em ambientes segregados não favorece e não estimula o desenvolvimento integral dos mesmos da mesma forma que os ambientes educacionais inclusivos” (OLHER; GUILHOTO, 2013, p. 5). E, nesses ambientes, onde todos aprendem juntos, esses estudantes têm oportunidades que lhes são negadas nos ambientes segregados. Logo, “[...] tanto a vivência na classe comum quanto o trabalho complementar na rede regular de ensino potencializam o desenvolvimento desses alunos” (OLHER; GUILHOTO, 2013, p. 5).

Nesse sentido, é necessário considerar a individualidade na hora de planejar e, principalmente em sala de aula, pensar nas estratégias que abordem diferentes metodologias e recursos, pois, independente do grau da deficiência e de sua origem biológica ou social “[..] há um espectro de gradações em relação à gravidade, mas que não invalida o propósito da inclusão, que requer ações específicas e planejamento a curto, médio e longo prazo” (OLHER; GUILHOTO ,2013, p. 4). O uso de recursos e estratégias diferenciadas nas práticas curriculares a partir de planejamentos articulados com o currículo em geral é fundamental e, em muitos casos, imprescindível, haja vista que “o biológico não é determinante no desenvolvimento do indivíduo, mas sua relação com o social, cultural, que apresenta inúmeras possibilidades de superação da dificuldade” (DIAS; OLIVEIRA, 2013, p. 6). Nesse caminho, sobre a educação e inclusão, Pletsch (2014) ressalta que:

o debate sobre a flexibilização e a individualização do currículo para alunos com necessidades educacionais especiais, particularmente aqueles com deficiência intelectual, passa pelo reconhecimento de suas especificidades em internalizar a cultura a partir de diferentes instrumentos sociais e psicológicos. Aliás, o reconhecimento da individualidade deveria ser a diretriz prioritária das práticas curriculares para qualquer aluno, pois uma educação que se quer humanista não pode ser realizada a partir de pressupostos curriculares “fordistas”. (PLETSCH, 2014, p. 13)

Acredita-se que a pesquisa acerca do tema seja extremamente necessária na atual conjuntura de uma sociedade cada vez mais conectada. Além disso, trata-se de uma ação necessária buscar estratégias para que os estudantes com Deficiência Intelectual possam ter acesso ao conhecimento a partir dos conteúdos escolares estudados. Dito de outro modo, para terem o seu direito à aprendizagem garantido.

### **Alguns dados sobre estudos anteriores a respeito do tema**

A pesquisadora fez um levantamento, entre os dias vinte e cinco (25) e vinte e oito (28) de maio de dois mil e vinte um (2021), no Google acadêmico, sobre os estudos já existentes, abordando a mesma temática, para verificar a relevância do seu próprio estudo. Considerando apenas os títulos dos trabalhos e, de acordo com dados coletados em trabalhos apresentados especificamente em língua portuguesa, os resultados foram os seguintes:

- 1- Primeira pesquisa utilizando a frase “Deficiência Intelectual”: foram aproximadamente duzentos e setenta e quatro mil (274.000) resultados.
- 2- Segunda pesquisa utilizando a frase “Rede social Facebook”: foram aproximadamente setenta e um mil e oitocentos (71.800) resultados.
- 3- Terceira pesquisa utilizando a frase “Sala de Recursos Multifuncionais”: foram aproximadamente vinte e três mil e setecentos (23.700) resultados.

Na sequência, é possível observar que, ao se realizar uma busca mais completa e mais próxima ao tema deste trabalho, os resultados vão decrescendo em relação à quantidade de trabalhos publicados:

- 4- Quarta pesquisa utilizando a frase “Deficiência Intelectual e habilidades leitoras”: aproximadamente dez mil e cem (10.100) resultados.
- 5- Quinta pesquisa utilizando a frase “Deficiência Intelectual e Sala de Recursos Multifuncionais”: aproximadamente treze mil e novecentos (13.900) resultados
- 6- Sexta pesquisa utilizando a frase “A rede social Facebook na Sala de Recursos Multifuncionais”: aproximadamente dois mil setecentos e trinta (2.730) resultados.

Quando o título desta pesquisa foi utilizado na íntegra, gerou aproximadamente oito mil oitocentos e oitenta (8.880) resultados. Percebeu-se, analisando os resultados dos títulos, que nenhum trabalho encontrado apresentou todos os aspectos da pesquisa juntos. Ou eram sobre a Deficiência Intelectual e a sala de recursos, ou eram sobre o Facebook como espaço educativo.

E ainda se verificou que os resultados vão se afinando à medida que mais se aproximam do tema da pesquisa. Porém, vários trabalhos, artigos e livros traziam ótimas contribuições; algumas delas foram encontradas no estudo de caso intitulado “O Facebook como tecnologia favorável aos multiletramentos de alunos com deficiência intelectual: um estudo de caso”, escrito por Mayssara Reany de Jesus Oliveira (2015) e utilizado como pré-requisito para receber o seu título de especialista em letramentos e práticas interdisciplinares. Nele, a autora discute sobre as noções de deficiência intelectual, as contribuições dos gêneros multimodais, que são distintas formas de apresentação dos textos na rede social, e como esses gêneros estabelecem uma comunicação e interação virtual, podendo propiciar o multiletramento. Segundo Francisco (2018, p. 3), “a concepção

dos multiletramentos comunicativos foi desenvolvida para ampliar as abordagens tradicionais sobre os letramentos que focavam, inicialmente, seus estudos em processos envolvendo apenas textos escritos”.

Nesse contexto, foram encontrados também trabalhos como o de Lucena (2016), Alencar (2016) e Miranda (2014), entre outros, que abordam a utilização da rede social Facebook como ferramenta Educomunicativa, a tecitura de relações de amizades com os currículos entre redes e o Facebook como recurso pedagógico na aprendizagem de alunos com deficiência. Esses trabalhos mostram a possibilidade do uso pedagógico da rede social Facebook por pessoas com deficiência e destacam que muitos estudos estão sendo realizados em busca de uma inclusão tecnológica que contribua para o acesso ao saber escolarizado.

Os trabalhos referenciados apresentam as dificuldades encontradas e também os processos de interação e aprendizagem significativos, tendo em vista que “a questão determinante não é tecnologia em si. O que potencializa as práticas são os usos realizados dos equipamentos ou dos artefatos e os agenciamentos realizados pelos sujeitos praticantes desses cotidianos” (LUCENA, 2016, p. 120). Contudo, não mostram como o acesso ao saber escolarizado, por alunos com deficiência intelectual, pode ocorrer no ambiente virtual. Portanto, acredita-se que a presente pesquisa poderá contribuir justamente ajudando a responder tal pergunta, somando-se a tudo que vem sendo pesquisado na área.

### **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

As diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica são instituídas através da Resolução n.4/2009, do Conselho Nacional de Educação, da Câmara de Educação Básica (BRASIL, 2009). O artigo 2º dessa Resolução esclarece que a função do AEE é complementar ou suplementar a formação do aluno, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e para o desenvolvimento de sua aprendizagem. Braun e Vianna (2011, p.3) asseveram que o Atendimento Educacional Especializado

se destina a garantir a permanência do aluno na escola regular, promovendo primeiro o acesso ao currículo, por meio de acessibilidade física, como adaptações arquitetônicas, oferta de transporte, adequação de mobiliário e de equipamentos, acesso a sistemas de comunicação. Dado o acesso, como consequência, para o ensino em si, o AEE tem como finalidade também favorecer e a organização de materiais didáticos e pedagógicos, estratégias diferenciadas, instrumentos de avaliação adequados às necessidades do aluno para que, de fato, sua permanência na escola lhe proporcione desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Durante muitos anos, o aluno com deficiência, Transtornos Globais Do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação compunha apenas quantitativamente a escola. Foi somente a partir da década de 1990 que o olhar dirigido para essa população começou a mudar. O quadro das políticas públicas começou a ser alterado, resultante de discussões realizadas ao nível internacional<sup>4</sup>, que subsidiaram a criação das políticas públicas nacionais<sup>5</sup>, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 (BRASIL, 1996), publicada em 2008 pelo Ministério da Educação, a qual cita, em seu artigo 54: “entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. O mesmo artigo 54 cita também a “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008).

Este documento passou a orientar a organização e o funcionamento da Educação Especial nos sistemas educacionais brasileiros e tem como base a Educação para a diversidade, compreendendo a Educação Especial como uma “modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 2008, p. 16).

Discorrendo sobre o atendimento educacional especializado, o documento assevera que “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 16). E, na Sala de Recursos Multifuncionais

---

<sup>4</sup> Políticas públicas internacionais: Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); Declaração de Salamanca (1994); Convenção da Guatemala (1999), dentre outras.

<sup>5</sup> Políticas públicas nacionais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96; Plano Nacional de Educação - PNE; Lei nº 10.172/2001, dentre outras.

(SRM), o AEE possibilita o encontro mais individualizado com o estudante, devido ao seu objetivo complementar e suplementar de promover a autonomia dentro e fora da escola (BRASIL, 2008). Sendo assim, o profissional que atua no AEE tem a oportunidade de identificar características individuais com mais facilidade, haja vista que não está diante de salas de aula muitas vezes superlotadas, tendo também a possibilidade de articular o seu trabalho com outros profissionais da escola, em especial com os professores regentes das turmas dos estudantes matriculados no AEE e atendidos no contraturno na SRM.

Tecendo considerações sobre o trabalho pedagógico, Moscardini (2011) diz que o professor de AEE também deve promover atividades diversificadas, pois, para a promoção do acesso ao conhecimento, tais atividades devem fugir das repetições e estimular a construção de conceitos e abstrações necessárias para o desenvolvimento das funções complexas do pensamento citadas anteriormente. Torna-se igualmente imprescindível o trabalho colaborativo, de maneira que professores regentes, professores que atuam na SRM e toda a equipe escolar possam dialogar e construir, juntos, seus objetivos de trabalho e de aprendizagem, porque se considera que “a ausência de diálogo entre os docentes do ensino regular e os professores da Sala de Recursos Multifuncional inviabiliza qualquer proposta de trabalho conjunta” (MASCARDINI, 2011, p. 140).

No que tange ao AEE e à dimensão histórica e cultural da deficiência intelectual, o papel mediador do professor é insubstituível, não apenas pela sua experiência, mas também pela sua qualificação, mediação essa que poderá levar os estudantes a níveis superiores de funcionamento (SÃO PAULO, 2012). Os estudantes precisam de muitos momentos e de aprendizagem com mediação pedagógica intencional para que tenham menos dificuldade, melhorando suas capacidades e potencializando o seu desenvolvimento educacional e social (LIMA; PLETSCHE, 2018).

Sendo assim, segundo Pletsch e Glat (2012, p. 12) “é preciso desviar o foco da dificuldade de aprendizagem como um problema intrínseco do aluno, para compreendê-la como fruto das interações sociais e pedagógicas estabelecidas em sala de aula”. É necessário que haja, por parte dos professores, o conhecimento prévio sobre as demandas e realidades específicas de cada estudante, visto que, mesmo diante da complexidade da sala de aula, alunos com deficiência intelectual têm mais possibilidades de ampliar suas capacidades e melhorar o seu desenvolvimento educacional presente ocupando esses espaços.

Para realizar a inclusão dos estudantes com deficiência é necessário pensar em estratégias que diminuam o abismo entre teoria e prática, tendo em vista que as políticas públicas existem, porém, o que não se tem, por vezes, são condições objetivas de materializar essas políticas. É necessário planejamento, sistematização dos conteúdos de referência a serem ensinados, a fim de diminuir o abismo entre teoria e prática. E esse talvez seja o cerne de todas as questões sobre as quais os educadores se debruçam diariamente, pois, como declara Pletsch (2014, p. 18): “[...] parece-nos que a proclamada educação em escolas chamadas inclusivas ainda não é para todos. Ademais, o suporte especializado no contraturno é insuficiente ou precário”.

No entanto, acreditar na mudança de paradigmas faz com que o trabalho docente valha a pena. Acreditar que é possível, no cotidiano, desenhar e encontrar novos caminhos de acesso ao conhecimento é a essência da educação. Não resta dúvida de que “temos em nossas mãos o protagonismo do fazer, pressionando as mudanças, exigindo que a legislação seja cumprida, ocupando os espaços vazios e por meio das lacunas, encontrar caminhos” (OLIVEIRA, 2018, p. 63).

### **Possibilidades de novos espaços educativos: O Facebook como recurso para o desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual**

No que diz respeito ao movimento tecnológico, este aconteceu e acontece na sociedade; primeiro, fora das escolas e, conforme citado por Romero e Souza (2008, p. 2), “se hoje as escolas sentem-se surpreendidas por ele, é porque não perceberam e nem acompanharam as mudanças sociais que o geraram. Enquanto isso alguns países já discutem um quarto paradigma”. Com relação ao assunto, Mantoan (2003, p. 11) afirma que “é inegável que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e que o conhecimento, matéria-prima da educação escolar, está passando por uma reinterpretação”.

Diante deste cenário, com a presença das TDIC's, estão as redes sociais e suas diversas possibilidades, tais como interagir com pessoas que fisicamente estão muito longe, em outros países e continentes, ter acesso ao registro feito por uma pessoa em um grupo ou página, ler opiniões diversas e até opinar a partir da sua experiência própria.

Todavia, o objetivo desse trabalho não é avaliar o que é certo ou errado, mas analisar o uso do FB como possibilidade de espaço educativo para o desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual. Qual motivo justificaria o seu não uso para fins de aprendizagem? Não seria a rede social, atualmente, mais um instrumento valioso a favor do/a professor/a? Considera-se possível afirmar que “inevitavelmente, a nova cultura em rede estende-se ao sistema de ensino” (MOREIRA; JANUÁRIO, 2014, p. 74). Ainda segundo os autores:

as redes sociais, espaços coletivos e colaborativos de comunicação e de troca de informação, podem facilitar a criação e desenvolvimento de comunidades de prática ou de aprendizagem desde que exista uma intencionalidade educativa explícita. Estas comunidades virtuais têm-se afirmado como uma importante alternativa à aprendizagem e aos contextos organizacionais tradicionais e, ao serem suportadas pelas tecnologias, tornaram-se mais visíveis na atualidade. (MOREIRA; JANUÁRIO, 2014, p.75)

A rede social Facebook é um dos serviços mais utilizados pela população, e apresenta várias possibilidades de interatividade, postagem, compartilhamento, botões de reação, como curtir, amar, chorar, os quais permitem que os usuários não apenas manifestem suas opiniões como também interajam nas postagens de outros usuários (SANTOS; ROSSINI, 2014). Muitas são as possibilidades geradas pela revolução tecnológica e as oportunidades que esta pode oferecer aos que estão se relacionando em rede. A Educação Especial não poderá ficar de fora das descobertas e dos estudos nessa área. Sobre a criação do Facebook, Arrington (2005), citado por Amante (2014), afirma:

Criado em 2004 por um grupo de jovens universitários de Havard (Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Eduardo Saverin e Chris Hughes), visava criar um espaço no qual as pessoas se encontrassem, compartilhassem opiniões e fotografias visando, no início criar uma rede de comunicação apenas para os estudantes da própria Universidade. Todavia, em poucos meses a rede expandiu-se entre as universidades americanas, conectando jovens de mais de 800 instituições (ARRINGTON, 2005, apud AMANTE, 2014, p. 30).

Assim, esse fenômeno, uma vez utilizado para fins pedagógicos, tendo em vista a quantidade crescente da população cada vez mais conectada, deve ser observado, estudado, e seus usos, registrados. Os dados qualitativos desses acessos e da presença das pessoas nesse ambiente não devem ser descartados, pois essa parece ser uma emergência

pedagógica contemporânea. Cabe ressaltar aqui que “A educação e a comunicação como áreas do conhecimento fluem e se atualizam de acordo com as oportunidades oferecidas pelas mais diferenciadas inovações tecnológicas” (VALENTE, 2014, p.2). Como exemplo, observa-se o que diz a Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos. (BRASIL, 2018, p. 65).

Ainda sobre a linguagem, funciona como um mecanismo de diálogo, movimento constante e de transformação, “sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido vivencial” (BAKHTIN, 2014, p. 99). O autor compreende a linguagem como fruto da construção social e expressão de experiências, resultante da interação humana, nascendo de um diálogo. Na atualidade, a interação humana, realizada historicamente de maneira presencial, também acontece no espaço virtual. Além disso, a rede social não precisa ser substituída do trabalho presencial, mas utilizada como ferramenta na escola, tanto nas SRM’s quanto nas salas de aula regulares, desde que sejam oferecidas condições relativas aos aparelhos e à conectividade.

Com o advento das TDIC’s e das redes sociais, surge a necessidade de investigar como acontece a comunicação, interação e aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual nos ambientes virtuais, uma vez que a sociedade em que se vive hoje, em seu percurso histórico de luta pela inclusão, ainda se encontra inserida no abismo teoria x prática, e o mesmo ocorre no ambiente virtual “pois a inclusão digital está inteiramente ligada à exclusão” (VAZ et al, 2015, p. 3). Tendo em vista que esse processo de desenvolvimento tecnológico é contínuo, nas palavras de Lévy (2000. p.43) “Ciberespaço é hoje o sistema com o desenvolvimento mais rápido de toda a história das técnicas de comunicação. Ao destronar a televisão, ele será provavelmente, desde o início do próximo século, o centro de gravidade da nova ecologia das comunicações”.

E todos, sem distinção, estão inseridos nesse mesmo planeta, são sujeitos dessa mesma engrenagem, impulsionando e sendo impulsionados por todos os lados. Ainda citando Lévy (2000, p.39), “todas as grandes cidades do planeta são como os diferentes bairros de uma só megalópole virtual.”. E dentro dessa megalópole estão as pessoas com e sem deficiência. Logo, os problemas educativos específicos “devem ser colocados no centro das preocupações da formação dos jovens que, evidentemente, se tornarão cidadãos” (MORIN, 2014, p.1).

No Facebook, “com um perfil e com os recursos básicos disponíveis, é possível construir um espaço de aprendizagem estimulante” (MOREIRA; JANUARIO, 2014, p. 76). É possível levar para a sala de aula as possibilidades ofertadas por essa rede social, pois essas plataformas representam, através dos seus usuários, ambientes intelectuais e culturais que podem facilitar a aprendizagem, ao mesmo tempo que promovem a interação e a colaboração; esse é o sentimento de pertença dos seus membros (MOREIRA; JANUARIO, 2014). É como uma sala de estar virtual promovendo encontros entre grupos com interesses em comum, tudo isso em qualquer espaço-tempo, não importando a distância, o horário, a classe econômica, apenas gerando relações que de outra maneira jamais seriam uma realidade.

É de conhecimento comum que “As redes sociais não são um fenômeno recente, nem tão pouco surgiu com a web, sempre existiram na sociedade, motivadas pela necessidade que os indivíduos têm de partilhar entre si conhecimentos, informações ou preferências” (MOREIRA; JANUARIO, 2014, p.74). E é justamente essa necessidade humana de partilhar que torna a rede social Facebook um espaço propício para a promoção de conhecimento, um espaço educativo que pode ser explorado de maneira mediada através do planejamento e uso de suas ferramentas, utilizando as múltiplas linguagens.

Em qual ou em quais outros espaços essa fluidez seria possível? Essa miscigenação, essa mistura e esse movimento da linguagem que em determinados espaços “configura-se o plural quando se mencionam linguagem gestual, linguagem musical, linguagem visual. Em relação a esta última, fala-se de pintura, fotografia, cinema. Têm-se aí linguagens” (PALOMO, 2001, p.3). A linguagem faz parte do ser humano e não se apresenta apenas pelo verbal; homem e linguagem são dissociáveis, pois são a manifestação de suas capacidades social e cultural (PALOMO, 2001).

Na sala de aula: folha, lápis, quadro, cadeiras enfileiradas que demonstram que os estudantes devem olhar para frente. Pode ser que o/a professor/a leia ou conte uma história; pode ser que os alunos tenham a liberdade de falar livremente após a leitura feita pelo/a professor/a; pode ser que tenham a oportunidade de compartilhar suas reflexões. Salas de aula são espaços plurais, porém nelas predominam os textos, as palavras e a escrita, do mesmo jeito que se via nas escolas dos pais e avós daqueles que hoje estão dentro delas. Como frisa Valente (2014, p. 2), “ainda têm a mesma estrutura e utilizam os mesmos métodos usados na educação do século XIX: as atividades curriculares ainda são baseadas no lápis e no papel, e o professor ainda ocupa a posição de protagonista principal, detentor e transmissor da informação”.

Porém, é incontestável que a escrita e a leitura passam por transformações advindas das tecnologias digitais; agora, o texto pode ser dinâmico, ter imagem, ter som, ter movimento; uma nova linguagem complexa é a mudança proporcionada pela hipermídia (SANTAELLA, 2007). Como bem se expressa a mesma autora:

criam-se, assim, sintaxes híbridas, miscigenadas. Sons, palavras e imagens que, antes, só podiam coexistir, passam a se coengendrar em estruturas fluidas, cartografias líquidas para a navegação com as quais os usuários aprendem a interagir, por meio de ações participativas como num jogo. Esse é o princípio da hipermídia, um princípio que se instala no cerne da linguagem. Embora a hipermídia possa se configurar em suportes como o CD-Rom e o DVD, ela se constitui hoje, sem nenhuma dúvida, na rizomática e infinita linguagem das redes. (SANTAELLA, 2007, p.11).

Diante do exposto neste estudo, sobre a relação entre o ser humano e a aprendizagem no ambiente virtual, vale ressaltar que as tecnologias e as múltiplas possibilidades geradas pela Web permitem estratégias diferenciadas e inovadoras, que incluem ensinar os estudantes a pensar, cooperar e aprender sobre o ciberespaço, sendo o Facebook uma das redes sociais mais utilizadas do mundo (PATRÍCIO; GONÇALVES, 2010). Portanto: “Incorporar as redes sociais na escola parece-nos um passo inevitável para mantermos a proximidade com os nossos estudantes” (MOREIRA; JANUARIO, 2014, p.69). Convém destacar que:

Ao internalizar instruções, as crianças modificam suas operações cognitivas: percepção, atenção, memória, capacidade para solucionar problemas. É desta maneira que formas historicamente determinadas e socialmente organizadas de operar com informações influenciam o conhecimento individual, a consciência de si e do mundo (DAVIS; OLIVEIRA, 1988, p.63.).

Algumas maneiras pelas quais o Facebook pode ser usado como um espaço educativo incluem:

- Criação de grupos privados para turmas escolares ou estudantes de um determinado assunto. O grupo pode ser usado para compartilhar recursos, discutir e colaborar em projetos.
- Participação em grupos públicos que mantêm informações sobre um tópico específico. Isso pode servir para aprender sobre um assunto em particular ou se conectar com outros estudantes ou profissionais em sua área de atuação e interesse.

Acredita-se que as tais instruções e possibilidades também podem ser encontradas na rede social Facebook e utilizadas por professores nas salas de aula regulares e nas Salas de Recursos Multifuncionais, desde que tenham conhecimento prévio, de preferência, formação específica, condições de acesso à internet e acesso aos recursos tecnológicos. Pensa-se que não poderá o professor desprezar os aspectos críticos do uso dessas ferramentas em sala de aula, o que não pode justificar práticas que sejam alheias a essas tecnologias.

## Conclusão

É possível concluir que o Facebook pode ser usado como um espaço educativo, mas é importante ter em mente que ele não foi originalmente projetado para fins educacionais. No entanto, é possível criar grupos privados ou públicos na plataforma para compartilhar informações, recursos e conhecimentos. Com isto, o FB possibilita o planejamento de aulas e atendimentos nas SRM's que estimulem os estudantes a interagirem e utilizarem as diversas formas de linguagem presentes nesse ambiente. Permite buscar através do interesse individual e construir ambientes de partilha com apresentação de informações, notícias e estudo de páginas e perfis, desde que as políticas estabelecidas pela plataforma sejam observadas.

A plataforma consiste, assim, em um recurso que poderá contribuir com a prática profissional dos professores, principalmente dos professores especialistas que atuam no Atendimento Educacional Especializado. Porém, nesse contexto, é necessário considerar que esses profissionais devem ter acesso aos aparatos tecnológicos, acesso à internet e

condições de trabalho que favoreçam a utilização desses recursos, além de formação específica. E, tendo estas considerações em vista, o FB pode oferecer mais possibilidades e suportes que contribuam para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência.

## Referências

ALENCAR, G. A. R. **Sentidos e significados da alfabetização e letramento de adultos com deficiência intelectual**. 2015. 163 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7151>. Acesso em: 10 ago. 2022.

AMANTE, L. Facebook e novas sociabilidades: contributos da investigação. In: PORTO, C.; SANTOS, E. (org.). **Facebook e Educação: publicar, curtir, compartilhar**. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 27-46. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/c3h5q>. Acesso em: 5 jan. 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **DSM 5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 131, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.155, de 27 de maio de 2021. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar mais graves os crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet; e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para definir a competência em modalidades de estelionato. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 100, p. 1, 28 maio 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14155.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14155.htm). Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 190, p. 17, 5 out. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). Ensino fundamental de nove anos: perguntas mais frequentes e respostas da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC). [s.l.]: MEC/SEB, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9\\_perfreq.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf). Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRAUN, P.; VIANNA, M. M. Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano de ensino individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. In: PLETSCHE, M. D.; DAMASCENO, A. (org.). **Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico**. Seropédica: EDUR, 2011. p. 23-34.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. M. R. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 1988.

DIAS, S. S.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.19, n.2, p.169-182, 2013.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Federal Trade Commission. Code of Federal Regulations, Title 16, Chapter I, Subchapter C, Part 312. Children's Online Privacy Protection Rule ("COPPA"). Final Rule. **Federal Register**, National Archives and Records Administration, v.78, n.12, p.3971-4014, 2013. Disponível em: <https://www.ftc.gov/legal-library/browse/rules/childrens-online-privacy-protection-rule-coppa>. Acesso em: 5 mar. 2023.

FRANCISCO, C. N. P. A difusão de novas competências pela BNCC: os multiletramentos e o ensino da linguagem na era das novas tecnologias. In: Congresso Internacional de Tecnologia na Educação, 16, 2018, Pernambuco. **Anais [...]**. Pernambuco: Sistema Fecomércio / Sesc / Senac PE, 2018. p. 1-14. Disponível em: <https://www.pe.senac.br/congresso/anais/2018/index.html>. Acesso em: 7 jun. 2022.

FÜHR, R. C. O Dilúvio Digital e seus Impactos na Educação 4.0 e na Indústria 4.0. In: FOSSATTI, P.; JUNG, H. S. (org.). **Investigação em Governança Universitária: memórias**. Canoas: Uninasalle, 2018. p.188-200. Livro eletrônico. V. 2. Disponível em: [https://dspace.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1041/4/investigacao\\_em\\_governanca\\_universitaria\\_vol\\_2.pdf](https://dspace.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1041/4/investigacao_em_governanca_universitaria_vol_2.pdf). Acesso em: 9 nov. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIMA, M. F. C.; PLETSCH, M. D. A escolarização de alunos com deficiência intelectual sob a vigência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, v.22, n.2, p.872-899, 2018. Edição Especial 2. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11918>. Acesso em: 10 out. 2022.

LUCENA, S. Culturas digitais e tecnologias móveis na educação. **Educar em Revista**, n.59, p.277-290, 2016.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

MIRANDA, M. G. Igualdade, equidade e diferença: termos em confronto nas políticas educacionais. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN, 1., 2014, Tandil. **Memorias**. Tandil: Universidad Nacional del Centro de La Provincia de Buenos Aires, 2014. p. 1-15. Disponível em: <https://www.ridaa.unicen.edu.ar/xmlui/handle/123456789/220>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MOREIRA, J. A.; JANUÁRIO, S. Redes sociais e educação: reflexões acerca do Facebook enquanto espaço de aprendizagem. In: PORTO, C.; SANTOS, E. O. (org.). **Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar**. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p.67-84. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/c3h5q/pdf/porto-9788578792831-05.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2022.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3 ed. São Paulo, Brasília: Cortez/UNESCO, 2014.

MOSCARDINI, S. F. **Escolarização de alunos com deficiência intelectual em classes comuns e em salas de recursos multifuncionais**. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/90257>. Acesso em: 5 jan. 2022.

NOBRE, A.; MALLMANN, E. M. Mídias Digitais, Fluência Tecnológico-Pedagógica e Cultura Participatória: a caminho da web-educação 4.0?. In: ALVES, T. P.; CARVALHO, A. B. (org.). **Mídias Digitais e Mediações Interculturais**. Recife: Amazon, 2017. p. 181-233. v. 1.

OLHER, R.; GUILHOTO, L. M. F. F. Educação inclusiva e a transição da escola especial. **Revista Deficiência Intelectual**, n.4, p.6-11, 2013.

OLIVEIRA, A. A. S. **Conhecimento escolar e deficiência intelectual: dados da realidade**. Curitiba: CRV, 2018.

OLIVEIRA, M. R. J. **O Facebook como tecnologia favorável aos multiletramentos de alunos com deficiência intelectual: um estudo de caso**. 2015. 48 f. Monografia (Especialização em Letramento e Práticas Interdisciplinares) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/17193>. Acesso em: 9 dez. 2021.

PALOMO, S. M. S. Linguagem e linguagens. **Eccos – Revista Científica**, v.3, n.2, p.9-15, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/272>. Acesso em: 11 jan. 2022.

PESSOA, R. R.; MACHADO, S. B. A importância do uso do computador no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da 3ª etapa da educação de jovens e adultos da escola estadual Joanira Del Castillo. **Revista Exitus**, v.9, n.1, p.232-257, 2019. Disponível em: <http://ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/722>. Acesso em: 3 set. 2022.

PATRÍCIO, M. R.; GONÇALVES, V. Facebook: rede social educativa? In: ENCONTRO INTERNACIONAL TIC E EDUCAÇÃO, 1., 2010, Lisboa. **Actas [...]**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010. p. 593-598. Disponível em: <http://ticeduca2010.ie.ulisboa.pt/resumos/pages/artigos/ArtigosC/118.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

PLETSCH, M. D. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). **Education Policy Analysis Archives**, v.22, n.81, p.1-25, 2014. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/index.php/epaa/article/view/1616/1325>. Acesso em: 17 dez. 2021.

PLETSCH, M. D.; GLAT, R. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas Críticas**, v.18, n.35, p.193-208, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3847>. Acesso em: 8 jan. 2022.

ROMERO, R. A. S.; SOUZA, S. B. Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 8., 2008, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, 2008. p. 3091-3104. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/447\\_408.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/447_408.pdf). Acesso em: 3 nov. 2021.

SANTAELLA, L. As Linguagens como antídotos ao midiacentrismo. **Matrizes**, v.1, n.1, p.75-97, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38178>. Acesso em: 3 mai. 2022.

SANTOS, E. O.; ROSSINI, T. S. S. Comunidade REA-Brasil no Facebook: um espaço de ativismo, autorias, compartilhamentos e inquietações. In: PORTO, C.; SANTOS, E. O. (org.). **Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar**. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 85-112. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/c3h5q/pdf/porto-9788578792831-06.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Municipal de Educação (SME). Diretoria de Orientação Técnica (DOT). **Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual do Ciclo II do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos - (RAADI)**. São Paulo: SME/DOT, 2012. 304p.

VALENTE, J. A. A comunicação e a educação baseada no uso das tecnologias digitais de informação e comunicação. **Revista Unifeso – Humanas e Sociais**, v.1, n.1, p.141-166, 2014. Disponível em: <https://www.unifeso.edu.br/revista/index.php/revistaunifesohumanasesociais/article/view/17>. Acesso em: 5 jan. 2022.

VAZ, A. C. S. et al. A rede social digital Facebook e a discriminação racial no ciberespaço. **Revista Científica Interdisciplinar Linkscienceplace**, v.2, n.1, p.1-17, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17115/2358-8411/v2n1a1>